

GT-111

**Universidade Eduardo Mondlane**  
**Faculdade de Letras e Ciências Sociais**  
**Departamento de Geografia**

*Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos  
para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia da Universidade  
Eduardo Mondlane*

**Distribuição territorial da população e serviços sociais básicos no posto  
administrativo de Nhamatanda**

Rafael Francisco Carmona

Maputo, Agosto de 2005



**DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA POPULAÇÃO E SERVIÇOS SOCIAIS  
BÁSICOS NO POSTO ADMINISTRATIVO DE NHAMATANDA**

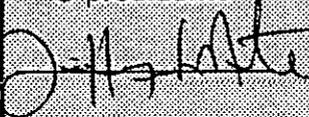
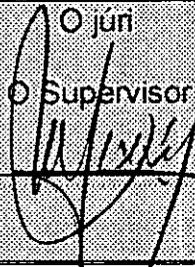
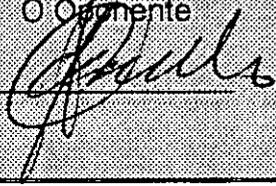
*Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para  
obtenção do grau de Licenciatura em Geografia da Universidade Eduardo  
Mondlane.*

**Rafael Francisco Carmona**

Departamento de Geografia  
Faculdade de Letras e Ciências Sociais  
Universidade Eduardo Mondlane

**Supervisor: Prof. Doutor Manuel G. Mendes de Araújo**

Maputo, Agosto de 2005

<input type="checkbox"/> presidente	<input type="checkbox"/> júri	<input type="checkbox"/> Supervisor	<input type="checkbox"/> Oponente	Data
				25/10/05

U.E.M. - F.L.C.S.

R. E30.588.....

DATA. 02. Nov. 2005

AQUISIÇÃO. aberta.....

COTA. GT-111.....

### Resumo

Hoje, faz-se uma distinção em relação aos três níveis de conhecimento científico. Entre eles está o superorgânico, abrangido pelas Ciências Sociais. E, ao estudarmos o nível de conhecimento superorgânico, vemos que nele, as Ciências Sociais têm seu interesse voltado para o homem e a sociedade. Entre as Ciências Sociais, a Geografia ocupa-se do estudo do homem na vertente da distribuição espacial e as causas dessa distribuição.

A distribuição da população num determinado território não acontece por acaso, ela obedece a uma certa lógica e acaba por ser determinada por um variado grupo de factores. Ao se fazer um estudo deste género, as suas análises são feitas não apenas em termos da variação espacial das densidades mas, há que ter em conta também os níveis dessa variação. O presente trabalho de licenciatura em Geografia aborda precisamente a população nesta vertente, a forma como ela se organiza e se distribui no território, na sua relação com os serviços sociais básicos no posto administrativo de Nhamatanda.

Este trabalho está estruturado em sete (7) capítulos, o primeiro refere-se a parte introdutória. O autor coloca alguns constrangimentos criados pela forma dispersa como a população se encontra distribuída em Moçambique e na área em estudo. Aqui, no primeiro capítulo, define-se também os objectivos, os pressupostos e a metodologia usada neste trabalho. O segundo e terceiro capítulos são dedicados inteiramente ao enquadramento teórico, a localização e breve caracterização da área em estudo. Nos três capítulos que se seguem, o autor apresenta os resultados do trabalho e discute-os a luz dos critérios definidos para a implantação dos serviços em referência.

O último capítulo é referente às conclusões do trabalho. De uma forma geral a forma como a população se distribui no território em estudo não está em função da localização dos serviços sociais básicos mas, de acordo com a existência ou não de factores económicos e físico-naturais. Os factores históricos também tiveram, à determinada altura, uma grande influência na distribuição da população no posto administrativo de Nhamatanda.

**DECLARACAO DE HONRA**

*Declaro por minha honra que esta tese é resultado da minha própria investigação. Toda informação contida neste trabalho é original e nunca foi usada antes por qualquer outra instituição para obtenção de qualquer grau. Toda a bibliografia usada foi devidamente citada e consta nas referências bibliográficas deste trabalho.*

Rafael Francisco Carmona

Rafael Francisco Carmona

**DEDICATÓRIA**

*...À minha mãe, Maria Augusta de Jesus, aos meus irmãos e minhas irmãs.  
Talvez seja esse, o fruto da dimensão mais nobre do vosso amor por mim; de educar.  
Desde o começo desta longa e sacrificada caminhada que agora termina, nesta defesa,  
nunca me senti só. E, acredito, jamais me sentirei...*

## AGRADECIMENTOS

Este estudo não teria sido possível sem a colaboração, apoio e empenho de muitas pessoas e instituições.

O meu muito obrigado ao meu supervisor, Prof. Doutor Manuel G. Mendes de Araújo, que incansavelmente, apesar das suas importantes ocupações, teve a paciência, o empenho e dedicação na supervisão e correcção do presente trabalho.

À minha mãe, aos meus "queridos" irmãos, pelo carinho que demonstraram, aos meus sobrinhos e a toda minha família, que juntos começamos esta batalha, hoje estamos juntos no seu fruto e, certamente, continuaremos juntos para todo o sempre.

Agradeço ainda, de forma muito especial, ao Sr. Pascoal Júnior, ao Eng<sup>o</sup> José Maria e a Zinha, (minha prima), ao Sr. Bartolomeu e a dona Nádia Sulemane, que prestaram um grande apoio nos momentos cruciais da minha vida como estudante. Vai também, o meu obrigado, ao Dr. Maendaenda e ao dr. Elísio pela disponibilidade e ajuda que me concederam. À Eng<sup>a</sup> Paula Alexandre e ao Dr. Jorge Vicente, pelo apoio que me concederam nestes longos anos de sacrifício.

Ao o Sr. Laurindo Pedro Samuel, Administrador do distrito de Nhamatanda, à Dona Marieta, ao Sr. Albuquerque, aos líderes tradicionais e a todo o pessoal daquela administração, muito obrigado.

De maneira alguma permitiria, a mim mesmo, esquecer os meus patrícios da turma de Geografia: ao Abel Muiambo, Francisco, Niquisse, Gabriel, Nelson, Leonel, a Cláudia, Dinasalda, a vós também agradeço.

Uma palavra mais, aos meus amigos, Nelito, Rogério, Sendela, Nelo, Tony, Anjinho, Júlia, Leo, Vera, Zaruque, Júlio César, Ito e ao pessoal da residência 2, todos vocês, que directa ou indirectamente, tiveram uma participação especial neste trabalho, muito obrigado.

## LISTA DE SIGLAS /ABREVIATURAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.
ADPP	Ajuda para o Desenvolvimento de Povo para Povo
CEPAS	Centro de Formação Profissional de Água e Saneamento
DNA	Direcção Nacional de Águas
DNE	Direcção Nacional de Estatística
Ep1	Ensino primário do 1º grau.
EP2	Ensino primário do 2º grau.
GEOLAB	Laboratório de Geografia
IAF	Inquérito sobre o Agregado Familiar.
INE	Instituto Nacional de Estatística.
QUIBB	Questionário dos Indicadores Básicos de Bem Estar.
MPF	Ministério do Plano e Finanças.
MPD	Ministério do Plano e Desenvolvimento
ONG's	Organizações Não Governamentais.
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

### **Lista de Tabelas no texto**

<b>Tabela 1-</b> Distribuição da população por localidades.....	19
<b>Tabela 2-</b> Indicadores utilizados.....	19
<b>Tabela 3-</b> perfil estatístico da população do posto administrativo.....	22
<b>Tabela 4-</b> Distribuição da rede de abastecimento de água potável.....	29

### **Lista de Gráficos no texto**

<b>Gráfico 1-</b> População por localidade e povoado.....	23
<b>Gráfico 2-</b> Influência dos factores na distribuição da população.....	24
<b>Gráfico 3-</b> Estudantes que continuam os estudos após o Ep1 e Ep2 no posto administrativo.....	32
<b>Gráfico 4-</b> Taxa de cobertura de abastecimento de água potável por localidades e povoados.....	33

### **Lista de Mapas em anexo**

**Mapa 1-** Localização da área de estudo

**Mapa 2-** Distribuição das aldeias (senso 1997)

**Mapa 3-** Distribuição das localidades e povoados (2004)

### **Lista de Tabelas em anexo**

**Tabela 1 -** Unidades sanitárias existentes no posto administrativo

**Tabela 2 -** Localização dos fontanários a nível do posto administrativo

**ÍNDICE GERAL**

<i>DECLARACAO DE HONRA</i> .....	I
<i>DEDICATÓRIA</i> .....	II
<i>AGRADECIMENTOS</i> .....	III
<i>LISTA DE SIGLAS /ABREVIATURAS</i> .....	IV
Lista de tabelas no texto .....	V
Lista de gráficos no texto.....	V
Lista de mapas em anexo.....	VI
Lista de tabelas em anexo.....	VI
<i>RESUMO</i> .....	VII
<i>ÍNDICE DO TEXTO</i> .....	VIII

## ÍNDICE DO TEXTO

<b>CAPÍTULO I</b> .....	0
INTRODUÇÃO.....	1
1. Justificação.....	2
2. Objectivos.....	3
3. Pressupostos.....	3
4. Metodologia.....	4
<b>CAPÍTULO II</b> .....	7
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	7
<b>CAPÍTULO III</b> .....	14
LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	14
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	17
DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA POPULAÇÃO NO POSTO ADMINISTRATIVO DE NHAMATANDA.....	17
1. Categorias de população rural.....	17
2. As Formas de povoamento.....	18
3. Distribuição da população.....	21
4. Factores da distribuição da população.....	23
<b>CAPÍTULO V</b> .....	27
DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS NO POSTO ADMINISTRATIVO DE NHAMATANDA.....	27
1. Critérios de localização dos serviços.....	27
2. Rede sanitária.....	28
3. Rede escolar.....	28
4. Abastecimento de água potável.....	29
<b>CAPÍTULO VI</b> .....	30
RELAÇÃO ENTRE A DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA POPULAÇÃO E SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS.....	30
<b>CAPÍTULO VII</b> .....	34
CONCLUSÕES.....	34
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	36
<b>ANEXOS</b> .....	37

## CAPITULO I

### INTRODUÇÃO

Segundo M. Araújo (1988), a forma como a população se distribui e se organiza no espaço rural tem uma íntima relação com os tipos de actividades que desenvolve, as tecnologias usadas na produção e os meios de comunicação inseridos numa política geral de desenvolvimento. As causas desta organização no espaço geográfico, entre outros aspectos, devem ser procuradas nas relações sociais e económicas que produziram a história da área em estudo.

O contraste nas condições de vida entre as regiões rurais e urbanas é bastante pronunciado em países que aspiram ao desenvolvimento. No caso concreto de Moçambique, os Centros de Saúde Rurais localizam-se a grandes distâncias da maior parte da população. Cerca de 70% dos utilizadores destes centros levam mais de uma hora para chegar à unidade sanitária mais próxima e, apenas 23,8% tem água potável dentro e fora de casa (Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, 2001). No que se refere a educação, os dados do Questionário dos Indicadores Básicos de Bem estar (QUIBB) mostram que 63,4% dos agregados familiares em Moçambique têm acesso ao ensino primário mas, apenas 10,5% acedem ao ensino secundário e, a maior parte desses agregados encontram-se a viver no meio rural (INE, 2000).

Os sete (7) capítulos com que este trabalho se encontra estruturado procuram analisar as relações que se podem estabelecer entre a forma como a população se encontra territorialmente repartida no posto administrativo de Nhamatanda e os níveis de provimento e acesso aos serviços sociais básicos. Para tal, foram analisadas, a distribuição da população e a distribuição dos serviços sociais básicos referenciados no trabalho (saúde, escola e abastecimento de água potável) por forma a se dar alguma profundidade ao estudo. Também teve-se em conta os factores que poderão ter influenciado a distribuição da população em causa e os critérios que norteiam a localização dos serviços sociais como forma de contribuir para os estudos da população no nosso país.

### **1. Justificação**

De acordo com DNE (1990), a descrição da distribuição da população em Moçambique assim como em qualquer território nacional faz-se, habitualmente, a partir de unidades administrativas a saber: províncias, distritos, cidades ou mesmo população designada como urbana ou rural. A distribuição dessa população no território é muito desigual já que as áreas geográficas não são todas igualmente habitáveis; uns lugares têm sido mais povoados que outros.

Com efeito, as assimetrias de uma desigual repartição territorial da população, segundo Muanamoha (1995), resultam das diferenças nos níveis de desenvolvimento entre as diferentes micro-regiões. A distribuição da população moçambicana mostra-se bastante irregular e, as dificuldades no provimento e acesso às necessidades básicas por esta população devem-se, em parte, à forma dispersa como ela se encontra repartida no território (INE, 2001). Mas existem aspectos sócio-culturais que podem influenciar o uso destes serviços por parte de uma determinada população.

De acordo com (ACNUR/PNUD), o distrito de Nhamatanda sofreu grandes movimentações de pessoas durante a guerra terminada em 1992 e, devido a esta situação, também foi alvo de grandes concentrações de pessoas de outras áreas. Os sistemas de ensino carecem de reabilitação pelo facto de muitas escolas terem sido destruídas pelo conflito armado, o abastecimento de água potável é ainda crítico para algumas comunidades, especialmente nas áreas mais afastadas da vila de Nhamatanda e das sedes das localidades. Os serviços de saúde, a rede escolar e o sistema de abastecimento de água potável existentes mostram-se insuficientes para satisfazer grande parte da população local (ACNUR/PNUD,1997).

Por isso, um estudo relacionado com a distribuição da população no posto administrativo de Nhamatanda é de capital relevância para a planificação do processo de desenvolvimento. Pois, para que a população beneficie dos serviços sociais básicos (saúde, educação ou abastecimento de água potável), fundamentais para um nível de vida aceitável, deve-se ter em conta a racionalização da sua distribuição.

## **2. Objectivos**

O principal objectivo deste trabalho é analisar as inter-relações existentes entre a distribuição territorial da população e os serviços sociais básicos nos domínios da Saúde, Educação e abastecimento de água potável, no posto administrativo de Nhamatanda.

Para o alcance do objectivo geral, foram definidos os seguintes objectivos específicos:

- Identificar a forma de povoamento dominante a nível do posto administrativo de Nhamatanda;
- Verificar o padrão de distribuição dos serviços sociais básicos na área de estudo;
- Identificar os principais factores que influenciam a distribuição territorial da população;
- Avaliar os critérios que poderão ter determinado a distribuição dos serviços.

## **3. Pressupostos**

A forma como a população se distribui e se organiza no espaço rural de um determinado território não é obra do acaso, ela está quase sempre ligada a factores que podem ser de ordem físico-naturais, sócio-económicos ou ainda histórico-culturais. A influência destes factores não tem, contudo, um carácter estático, mas evolui com o passar do tempo (M. Araújo, 1997).

Para a realização deste trabalho, partiu-se dos seguintes pressupostos que serviram de base para análise:

- A distribuição territorial da população no posto administrativo de Nhamatanda é relativamente dispersa colocando por isso, dificuldade no provimento e acesso aos serviços sociais básicos;
- Os padrões da distribuição territorial da população na área de estudo, estão relacionados com alguns factores de ordem físico-naturais, sócio-económicos e histórico-culturais, levando a existência de duas formas de povoamento: o disperso e o agrupado. Isso é resultado da própria organização sócio-cultural, como é o caso da implantação de aldeias e prática de actividades económicas.

Perante estes pressupostos colocam-se as seguintes questões de partida:

- Qual é a forma de povoamento dominante no posto administrativo de Nhamatanda?
- Qual é o padrão de distribuição dos serviços sociais básicos (água potável, rede sanitária e escolar) a nível do posto administrativo?
- Quais são os principais factores que influenciam a distribuição territorial da população nesta área?
- Que critérios poderão ter determinado a distribuição dos serviços na área de estudo?

#### **4. Metodologia**

O método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um determinado objectivo (Lakatos & Marconi, 1992). A aplicação destes métodos obedece as respectivas fases na implementação do referido estudo.

De acordo com os objectivos definidos, a execução do trabalho comportou as seguintes fases metodológicas:

Em primeiro lugar, para a realização deste trabalho, foi feita a revisão bibliográfica. Esta, consistiu na consulta do material teórico que aborda directa ou indirectamente o tema, de modo a permitir uma análise consubstanciada sobre o que já foi escrito e do material auxiliar nas seguintes instituições:

-Centro de Estudos de População (CEP); Biblioteca da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane; Ministério da Educação (MINED); Ministério do Plano e Desenvolvimento (MPD); Ministério da Saúde (MISAU); Direcção Nacional de Águas; Administração distrital de Nhamatanda; bem como outras fontes ou bibliografias auxiliares.

A seguir, realizou-se o trabalho de campo, o que foi fundamental para a observação directa do fenómeno em estudo e recolha de dados. O trabalho de campo teve duração de 15 dias, em que foram efectuadas a recolha e registo de seguintes informações:

- i) A forma de povoamento predominante na área de estudo;
- ii) A distribuição dos serviços sociais básicos referenciados no trabalho;
- iii) Observação da realidade e confrontação com os critérios usados para a localização dos serviços sociais e;
- iv) A opinião dos beneficiários directos sobre a localização dos mesmos.

Estas informações foram obtidas a partir de entrevistas semi-estruturadas com vista a complementar a informação da documentação escrita sobre a área em estudo e, pela observação local. As entrevistas foram dirigidas ao administrador do distrito, ao chefe do posto administrativo, às autoridades tradicionais e, à oitenta (80) agregados familiares escolhidos aleatoriamente. Devido a diferença proporcional da população entre os povoados, foram entrevistadas 10 agregados familiares nos povoados de Siluvo, Matenga, Macorococho, Bebedo e Metuchira e, 15 agregados nos povoados da vila de Nhamatanda e Cheadea.

Depois, fez-se a análise da distribuição territorial da população e dos serviços sociais básicos (abastecimento de água potável, rede sanitária e escolar), a nível do posto administrativo de Nhamatanda. Para isso, foi feita a verificação e identificação da distribuição da população em relação a localização dos serviços a nível da área em estudo (por localidade/povoados). A partir daí, foi possível discutir os aspectos em torno da distribuição da população no território considerado, o acesso e provimento destes serviços.

A fase seguinte foi sustentada pelo método cartográfico, considerado muito importante nos estudos de distribuição territorial da população. O uso deste método foi fundamental para a representação espacial do fenómeno em estudo.

A cartografia consistiu na produção de mapas temáticos que facilitaram a análise territorial das densidades e da distribuição da população por povoados, baseados nos dados fornecidos pela Administração do Distrito, a partir do instrumento "*Sistema de Informação Geográfica*" (SIG). Por outro lado, foram produzidos mapas de localização e

de divisão administrativa do distrito e do posto administrativo de Nhamatanda, como forma de sustentação do conteúdo teórico referente ao tema.

Por fim, baseando-se no método estatístico de análise, fez-se a interpretação dos dados quantitativos, referentes ao fenómeno em estudo. Neste método foram usados os seguintes indicadores: a distância média entre os lugares, densidade média dos lugares e população média dos lugares que permitiram estabelecer relações entre o território em estudo e os lugares (povoados) e entre aquele e a população. Com base neste método, foi possível identificar a forma de povoamento predominante na área de estudo. Por outro lado, calculou-se a taxa do crescimento geométrico da população para determinar a evolução do seu crescimento no período compreendido entre 1997 e 2004.

## CAPÍTULO II

### REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O primeiro passo nos estudos da população é a definição da área espacial onde ela se localiza, as divisões territoriais dessa área e a sua posterior classificação de acordo com os critérios para o estudo da sua redistribuição. (A. Araújo, 2001). Quando este estudo se refere a problemática da repartição espacial, as suas análises são feitas não apenas em termos da variação espacial das densidades mas, também é necessário ter em conta os níveis dessa variação (Noin, 1988).

M. Araújo (2003), ao analisar os diferentes factores da distribuição da população no mundo concluiu que esta distribuição tem sido caracterizada por uma série de aumentos provocados pelos progressos nos sistemas de produção, o que permite, até certo ponto, considerar os períodos onde se produziram as revoluções económicas. Até porque, um dos aspectos que mais marcou as transformações demográficas com origem na revolução industrial, foi a grande concentração de pessoas nas cidades levando a grandes transformações na sua distribuição.

Segundo Clarke (1984), actualmente muitos governos consideram as suas nações padecendo de uma má distribuição da população e as causas que explicam esta distribuição não são as mesmas para os diferentes países. Então, torna-se necessário identificar os diferentes factores que estão por detrás desta distribuição.

Para M. Araújo (1988), esta inquietação faz-se sentir mais particularmente no mundo em desenvolvimento. E, para compreendermos esta distribuição em algumas áreas torna-se imprescindível o conhecimento do seu passado ou seja, a história desse povo, antes de analisarmos os outros factores que poderão estar co-relacionados. (Mendes et al, s/d)

Macio (1985) define a distribuição territorial da população como a forma pela qual ela se encontra repartida num determinado território ou unidades espaciais que a compõem.

Esta distribuição não acontece por acaso mas, obedece uma certa lógica e, é condicionada por um grupo de factores que podem ser de ordem físico-naturais, sócio-económicos ou ainda, histórico-culturais.

Os factores físicos que tem influência nesta distribuição referem-se, principalmente, a influência do clima e do relevo mas, também é preciso considerar os factores económicos e históricos que têm uma grande influência na distribuição da população. Aliás, são estes factores que explicam melhor as densidades. Até porque, ao analisarmos o planeta por inteiro, os factores físicos podem até explicar os vazios humanos mas, já não podem explicar a importância das densidades no mundo. As densidades fortes estão, muitas vezes, associadas as actividades agrícolas intensas, actividades mineiras, industriais ou terciárias, tidas como factores favoráveis a concentração humana. (Noin, 1988).

Por sua vez, Zelensky (1965) agrupa os factores de distribuição da população em físicos, sociais e histórico-culturais, enfatizando ainda, que os factores culturais são tão importantes quanto os outros nesta repartição. Por outro lado, as características económicas num determinado território têm efeitos mais directos sobre a distribuição populacional se comparadas com as características físicas.

Já, para Beajeu-Garnier (1986), os factores físicos (Latitude, temperatura e as altitudes) exercem uma influência incontestável na distribuição da população mas, se estes factores formam uma base inevitável, eles podem ser modificados e adaptados. Os acontecimentos económicos e históricos também exercem o seu papel e, mesmo o próprio homem não é passivo e ineficiente mas, o seu organismo tem uma certa elasticidade que lhe permite um certo grau de adaptação.

Daí que, ao examinarmos a importância do ambiente natural ou o papel das condições económicas, nunca encontramos situações uniformes ou leis gerais sem excepções. A outra conclusão que ele chega, é que, o mesmo elemento físico ou económico pode exercer diferentes papéis em função do período e a condição de desenvolvimento da comunidade que está sendo examinada.

A semelhança de Zelensky (1965), Nakata e Coelho (1985), consideram os factores económicos como os que estabelecem uma relação forte entre a intensidade e a complexidade do povoamento num determinado território. Daí que, sem menosprezar os factores naturais sobre a distribuição da população são, no entanto, os factores económicos que (...) marcam esta distribuição em algumas partes do mundo. M. Araújo (1988). Para este autor, a razão de, em Moçambique, as maiores densidades se encontrarem próximo do litoral resulta do facto de o maior desenvolvimento económico se registar nesta área.

Na realidade, se por um lado os grandes centros urbanos conheceram seus crescimentos graças as condições de navegabilidade de alguns rios, por outro, a facilidade de comunicação justificaram o desenvolvimento de certas actividades comerciais nas proximidades dos principais eixos de circulação de determinadas regiões (Mendes et al s/d). Também, as tecnologias modernas tornam possível a habitação de pessoas em qualquer parte do planeta ainda que, algumas áreas, por causa do desconforto físico que apresentam, desencorajam os assentamentos.

Estas áreas incluem zonas de extrema aridez, as altas montanhas e as zonas de temperaturas extremamente baixas. Mesmo assim, embora nestas áreas, a ocupação da população seja muito dispersa, ocorrem no interior delas alguns assentamentos mais densos, são exemplos disso, as áreas de produção do petróleo do Sahara e os centros urbanos no interior da Rússia.

Isto só vem mostrar o quanto é enganador sugerir que as desigualdades na distribuição da população sejam apenas determinadas por factores físicos. É preciso ter em conta os factores económicos e sociais de diferentes tipos. Actualmente, os factores como a organização política, as crenças religiosas, os níveis de educação e comportamentos sociais podem até influenciar, directa ou indirectamente, os níveis das taxas de mortalidade e de natalidade, a mobilidade populacional e as diferentes formas de assentamentos que no seu conjunto influenciam na desigual distribuição da população numa área mas, esta influência é menor (Hornby and Melvyn, 1993).

Para Clarke, esta distribuição da população, para além de sofrer influências dos factores aqui referenciados, também tem, por si só, uma relevância directa sobre o provimento de serviços. Uma população concentrada num determinado território tem condições de estar melhor servida que uma população dispersa. O acesso aos serviços de educação ou de saúde numa população dispersa é bastante constringido pelas distâncias, o que desmotiva a vontade de procurar estes serviços. Por isso, nos países do terceiro mundo, onde as necessidades são bem maiores que o provimento de serviços básicos para a população, este assunto torna-se de maior importância (Clarke, 1984).

Portanto, *“não se pode subscrever puramente a visão determinista, segundo a qual, os elementos naturais são os factores que controlam a distribuição da população. Estes factores, sozinhos, não podem explicar uma distribuição populacional, seja qual for o lugar considerado.”* E a influência destes factores para além de variarem de lugar para lugar, o trabalho do homem exerce algum controlo do seu habitat, daí a necessidade de se considerar os factores demográficos, sociais, económicos, políticos e históricos, não cada um de forma isolada mas, em interacção na influência da distribuição da população (Clarke, 1972).

Para o caso de uma população rural, se a distribuição no território sofre influências dos factores acima descritos, a base da sua organização territorial também constitui a distribuição no território e os vínculos entre determinadas pessoas e seus grupos. Tradicionalmente, o povoamento rural caracteriza-se por uma forte dependência dos povos aos recursos (agricultura, floresta e não só) que se encontram distribuídos de forma dispersa e, a necessidade social de se explorar estes recursos, leva esta população a se distribuir nos ramos correspondentes ou seja, os povoados rurais estão sempre apegados a terra. (Alexeév, 1987).

George (1974), citado por M. Araújo (1997), refere que uma população rural se encontra repartida no território sob duas categorias distintas de implantação espacial: o povoamento disperso, caracterizado por uma implantação residencial em fogos isolados ou em pequenos grupos de casas e o povoamento agrupado, onde já é possível ver-se uma

certa estrutura de reordenamento do espaço construído com algumas infra-estruturas básicas.

Segundo Clarke (1972), existem três elementos funcionais que definem uma população rural numa determinada área: População rural básica, representada por aqueles que vivem em dependência directa sobre terra (agricultura) e mar; População rural secundária, as que se servem da população primária (básica) e os que, apesar de viverem nas zonas rurais, não estão baseadas nas actividades primárias ou secundárias.

Com efeito, o tipo de povoamento disperso, onde cada núcleo habitacional é constituído por 3 ou 4 casas, dificulta o acesso às vias de comunicação, a educação e a saúde (M. Araújo 1983). Foi por isso que, com o alcance da independência nacional (1975), o governo de Moçambique tomou medidas para a transformação do povoamento rural (disperso) e um dos grandes objectivos destas transformação era a socialização do campo a partir de uma redistribuição da população. Era necessário criar-se condições para uma forma de povoamento mais adequado com a vida em sociedade. Esta situação levou ao aparecimento de aglomerados populacionais, por vezes, com dimensões excessivamente grandes e sem uma prévia organização sócio-económica (M. Araújo 1988).

A partir daí, inicia-se em 1979, como forma de se parar com um crescimento não planificado desses aglomerados, o processo de distribuição territorial mais planificado, a procura de melhores formas de prover à população, serviços como educação, saúde, abastecimento de água potável entre outros (M. Araújo 1988). Pois, de acordo com o relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, o acesso a estes serviços constitui um dos indicadores primordiais para a promoção do desenvolvimento a longo prazo (Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, 2001).

Assume-se, historicamente, que a prestação de serviços a nível da comunidade tem passado, de uma forma geral, pela auto-ajuda entre as pessoas. Por exemplo, em muitos lugares da Ásia rural, as tradições de auto-ajuda e cooperativas estão bem enraizadas e tem servido de base para assegurar uma vasta gama de funções dentro das comunidades.

Aliás, o problema da deterioração destes serviços (básicos), no terceiro mundo, foi abordado a nível internacional, na conferência das Nações Unidas sobre habitação, e teve uma repercussão internacional. Eles referem-se, entre outros serviços, ao abastecimento de água potável, protecção contra incêndios, eliminação de restos humanos, a prestação de serviços de saúde, cuidados infantis, recreação e educação (T. G. McGee y Y. M. Yeung 1986).

Para estes autores, há toda uma necessidade de se entender a utilização dos recursos comunitários para prestar serviços sociais básicos e, os esforços para este fim podem ser denominados participativos, de auto-ajuda, cooperativos, (...) e comunitários, na medida em que todos eles se caracterizam pela organização e participação da população. Mas, só a partir do século XIX é que os países assumiram a importância de se providenciar à população, serviços sociais, entre eles a educação e a saúde. Pois, de uma forma geral, houve tempos em que estes serviços eram privilegiados às elites. E a saúde, de modo particular, era providenciado de forma privada. Porém, a habilidade dos estados para prestar os serviços de educação particularmente, não eram os mesmos, resultando daí misturas entre o ensino público e privado.

Por outro lado, o processo de industrialização e a expansão das cidades influenciara significativamente o desenvolvimento do sistema de educação. Ainda assim, a maioria da população continuava a não dispor de qualquer instrução até às primeiras décadas do século XIX (Giddens, 2004). Actualmente, os sistemas de educação também são representados por privados, muitas vezes por iniciativas religiosas (The World Bank, 1997).

A educação conduz ao desenvolvimento das capacidades dos indivíduos através das instituições educativas. Explicando a realidade que os rodeia para que saibam agir, além de abrir oportunidades aos membros dos agregados familiares no aproveitamento das condições sociais e económicas que a sociedade oferece (Ministério do Plano e Finanças, 2004). Até porque o acesso ao ensino secundário, nas zonas rurais de Moçambique, é quase inexistente e, de acordo com o questionário feito pelo IAF, sobre as principais razões que levam os estudantes a abandonarem as escolas, revelam que elas estão

relacionadas com o custo monetário para percorrer distâncias que, muitas vezes, são longas, se bem que a resposta dependia da existência ou não de escolas nas aldeias. Os também membros adultos dos agregados familiares têm influência no tipo de investimento de saúde ou de educação da criança e as suas decisões têm consequências no bem-estar do agregado familiar e da sociedade em geral.

Baseando-se numa série de análises sobre a educação, o IAF chega a conclusão de que, em termos de políticas, a educação da mulher tem um tremendo impacto no bem estar do Agregado Familiar, quer em termos materiais ou não materiais, nas áreas rurais de Moçambique. Por exemplo, a adição de uma mulher adulta com EP2 aumenta o consumo per capita do agregado familiar mas, esta alfabetização está fortemente relacionada com o contacto da criança aos serviços formais de saúde (MPF et al, 1998).

O aumento da qualidade de vida da população é uma condição necessária para que a dinâmica demográfica nacional se harmonize às disponibilidades de recursos e capacidades do país em prover os bens e serviços necessários à sua população. Com efeito, o desenvolvimento equilibrado dos espaços nacionais, com a redução das disparidades do desenvolvimento urbano-rural constitui um instrumento central desta harmonização (MPD, 2005).

Segundo a mesma fonte, é evidente que uma parcela dos desequilíbrios campo-cidade resulta da limitada capacidade das actividades rurais em internalizar os efeitos multiplicadores das actividades económicas ali realizadas. Assim, torna-se vital a promoção da exploração efectiva dos potenciais de desenvolvimento agrícola do país incentivando a fixação da força de trabalho no campo através da ampliação da infra-estrutura social (...). Alias, o desenvolvimento rural requer, simultaneamente, a instalação de infra-estrutura social básica nas pequenas localidades, na forma de escolas, postos de saúde, abastecimento de água potável e energia. Esse conjunto de necessidades procura o desenvolvimento rural e a fixação do homem à terra, ao permitir a realização dos seus potenciais nas áreas (MPD, 2005).

### CAPÍTULO III

#### LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Nhamatanda é um dos 11 distritos que compõem a província de Sofala, com dois postos administrativos: Tica e Nhamatanda. Segundo Ferreira e Almeida (2004), o distrito ocupa uma área de 3.975 km<sup>2</sup>. De acordo com as projecções anuais da população por distritos, o distrito de Nhamatanda tem, actualmente, 208.728 habitantes (INE, 2005).

O posto administrativo de Nhamatanda é uma unidade administrativa pertencente ao distrito com o mesmo nome. A vila de Nhamatanda funciona como a sede do posto administrativo e do distrito. Fica a uma distância de 100 km da cidade da Beira, capital da província, junto a estrada nacional número 6 (corredor da Beira). A sua ligação com o resto da província faz-se, principalmente, por terra.

De acordo com os resultados do Censo 1997, o posto administrativo de Nhamatanda divide-se em quatro localidades a saber: Nhamatanda, Metuchira, Siluvo e Macorococho; é limitado a Norte, pelo distrito de Gorongosa, a Este pelo posto administrativo de Tica, a Oeste encontra-se o distrito de Gondola e, finalmente a sul, o distrito do Buzi, ocupando uma área de 2.920 km<sup>2</sup>. Em termos astronómicos a área abrangida pelo posto administrativo de Nhamatanda localiza-se entre as Latitudes 18° 58' 00" e 19° 39' 20" Sul e as Longitudes 33° 51' 40" e 34° 22' 40" Este.

A geomorfologia da área é constituída por planícies de origem de acumulação, pene planícies de soco de origem extrusivo-desnudada, vertentes, vales e fundos dos rios com altitudes médias que vão até 200 metros. A geologia está constituída, fundamentalmente, por rochas sedimentares com dunas, calcário lacustre, aluvião, coluvião, eluvião arenoso e argilo-arenoso do quaternário superior e inferior bem como, por rochas eruptivas com chaminés vulcânicas de traquitos e fenolíticos. (Ministério da Educação, 1986).

De acordo com a mesma fonte, trata-se de uma área sob influência do clima tropical seco e tropical húmido, com chuvas abundantes entre os meses de Outubro e Abril, apresentando um período relativamente seco entre os meses de Junho e Setembro. As temperaturas variam entre 18°C e 30°C. Os solos Predominantes são os fluviais de alta fertilidade, mas também ocorrem solos muito pesados e mal drenados, solos delgados e pouco profundos e solos arenosos avermelhados. A vegetação é constituída por florestas densas, savanas herbáceas, arbóreas e arbustivas.

Segundo os dados da administração do distrito, referentes a habitação, o posto administrativo de Nhamatanda tem casas, predominantemente, de construção precária. Mas, também existem casas construídas com material convencional, particularmente nas sedes do posto administrativo e das localidades. Muitas vezes estas funcionam como infra estruturas socio-económicas. O sistema de comunicação é constituído por rede de telefonia fixa com cobertura, apenas, nas localidades de Nhamatanda e Siluvo e telefonia móvel ao longo do corredor da Beira.

Com o fim da guerra, o posto administrativo e o distrito têm conhecido alguns progressos, como a implantação de pequenos projectos financiados por ONG's. Apresenta um grande potencial de produção agrícola, para além de manter fortes ligações comerciais com a capital provincial, a partir do corredor da Beira, o que cria possibilidades para grandes investimentos no distrito. (Ferreira & Almeida, 2003).

A actividade económica mais importante no posto administrativo e no distrito de Nhamatanda é agro-pecuária e florestal, representada por privados, associações e singulares (famílias). No entanto, é na actividade de subsistência que se encontra ocupada, como força de trabalho, a maior parte da população local.

De facto, a agricultura é a actividade dominante e envolve a maioria das famílias locais, onde as principais culturas são: o milho, a mapira, o feijão, a mandioca, o arroz e o amendoim. O milho é o mais cultivado seguido da mandioca e batata doce. Já a nível empresarial, predominam o cultivo de culturas de rendimento, tais como, o algodão, o girassol, o gergelim e a soja. Quer para as famílias quer para as empresas, os factores

limitantes são as pragas, a falta de semente e a inexistência de tecnologias modernas, principalmente, para o primeiro caso. Estas famílias (camponesas), para aumentarem a fertilidade dos solos, usam métodos naturais e orgânicos como fezes de animais e restos de plantas (Ferreira & Almeida, 2003; Administração do distrito, 2005).

De acordo com a Administração do Distrito, a maior parte da população do posto administrativo tem, como fonte principal de energia, a lenha e o carvão vegetal, verificando-se, por isso, práticas constantes de corte de lenha e queima de carvão, não só para necessidade local mas, também para abastecer as cidades do Dondo e Beira. A energia eléctrica que abastece o posto administrativo de Nhamatanda tem origem num posto de transformação de alta tensão localizado em Lamego, com uma capacidade de 33 Kva. A partir daí, faz-se a derivação da linha que abastece, também, a localidade de Metuchira.

A nível da saúde, o posto administrativo possui infra-estruturas de cuidados primários e secundários (postos e centros de saúde) e um Hospital rural. Existem sete (7) centros de saúde e quatro (4) postos de saúde mas, nenhum tem maternidade. O abastecimento de água potável ainda é muito crítico em algumas comunidades apesar de dispor de um número considerável de fontanários. A maior parte das comunidades não tem acesso a uma fonte melhorada de água potável, como sejam poços cobertos ou furos equipados com bombas.

A nível do ensino, existem no posto administrativo, uma escola secundária (ES) e quatro escolas primárias do segundo grau (EP2) localizadas na sede. Para o ensino primário existem várias escolas espalhadas pelo posto administrativo mas, nem todas se encontram em funcionamento (ACNUR/PNUD, 1997; Ferreira & Almeida, 2003).

## CAPÍTULO IV

### DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA POPULAÇÃO NO POSTO ADMINISTRATIVO DE NHAMATANDA

#### 1. Categorias de população rural

Antes de abordar a questão do tipo de povoamento que caracteriza a população do posto administrativo de Nhamatanda importa fazer referência, de forma breve, às categorias de população rural existentes.

Tendo em conta a categorização de Clarke (1972), segundo a qual *“Para os geógrafos, considera-se rural tudo que não foi classificado como urbano. Porém, algumas pessoas vivem num ambiente urbano em termos de funções e localização ainda que, oficialmente, sejam rurais. E vários elementos são referidos para considerar esta questão da ruralidade, entre eles a densidade populacional, a função ou ocupação”*, constata-se que no posto administrativo de Nhamatanda, a população rural está dividida em três grupos ou categorias a saber:

- I. Grupos populacionais que dependem directamente da terra, ou seja, a sua subsistência provém, basicamente, da agricultura, silvicultura e da pesca. Grande parte desse grupo é representada pelos nativos.
- II. População baseada em actividades secundárias, que se servem do primeiro grupo (população primária). São fundamentalmente, os comerciantes (formais e informais) e transportadores de cargas ou de passageiros que operam a nível do posto administrativo e do distrito.
- III. O último grupo, é representado, predominantemente, por aqueles que, apesar de viverem na zona rural, não estão baseadas nas actividades primárias ou secundárias, estes estão em menor número, são os funcionários públicos que fixaram as suas residências temporariamente por causa do emprego.

## 2. As Formas de povoamento

De acordo com M. Araújo (1997), a repartição territorial da população constitui um sistema de povoamento que representa a síntese de três componentes relacionadas a saber: o lugar de residência; a população e o território considerado. O processo de desenvolvimento interno deste sistema é que origina as duas tendências essenciais do povoamento rural: o disperso e o agrupado.

A análise das formas de povoamento no posto administrativo de Nhamatanda foi feita com base no “método estatístico<sup>1</sup> de análise” preconizado por V. N. Murel e adoptado por M. Araújo (1988), referenciados em M. Araújo (1997).

Os indicadores usados nesta análise são a *distância média entre os lugares* (P); a *densidade média dos lugares* (T) e a *população média dos lugares* ( $\bar{x}$ ).

Para isso, foram considerados, os povoados mais importantes de cada localidade<sup>2</sup>. As fórmulas abaixo são as que permitiram chegar aos resultados apresentados na tabela (2).



<ul style="list-style-type: none"> <li>• <math>\bar{x} = \frac{\sum x_i}{n}</math>      <math>\longrightarrow</math> <i>População média do lugar.</i></li> <li>• <math>T = \frac{n}{S} * 100</math>      <math>\longrightarrow</math> <i>Densidade Média dos lugares.</i></li> <li>• <math>P = \sqrt{\frac{S}{n}}</math>      <math>\longrightarrow</math> <i>Distância média entre os lugares.</i></li> <li>• <math>Vd = \frac{d}{\bar{x}} * 100</math>      <math>\longrightarrow</math> <i>Variabilidade relativa.</i></li> </ul>	<table border="0"> <tr> <td style="border-left: 1px solid black; padding-left: 5px;">                 n= nº de lugares do sistema                  xi= população de cada lugar                  do sistema                  S= espaço geográfico considerado                  d= desvio médio  <math>\bar{x}</math>= população media do lugar             </td> </tr> </table>	n= nº de lugares do sistema xi= população de cada lugar do sistema S= espaço geográfico considerado d= desvio médio $\bar{x}$ = população media do lugar
n= nº de lugares do sistema xi= população de cada lugar do sistema S= espaço geográfico considerado d= desvio médio $\bar{x}$ = população media do lugar		

<sup>1</sup> Segundo M. Araújo (1997), se bem que este não é o único método para análise deste tipo (distribuição territorial da população) contudo, é o mais indicado.

<sup>2</sup> A designação de povoados nesta análise deve-se ao facto de estar-se apenas a realçar os grupos populacionais mais significativos para a análise da forma de povoamento. Alguns povoados tomaram o nome das suas respectivas localidades por se encontrarem na sede das mesmas. “Metuchira, vila de Nhamatanda, Macorococho e Siluvo.”

- $$d = \frac{\sum |xi - \bar{x}|}{n} \longrightarrow \text{Desvio médio.}$$
- $$s = \sqrt{\frac{\sum (xi - \bar{x})^2}{n}} \longrightarrow \text{Desvio padrão.}$$
- $$Vs = \frac{s}{\bar{x}} * 100 \longrightarrow \text{Variabilidade relativa.}$$

Fonte: M. Araújo (1997).

**Tabela 1-Distribuição da pop. / localidades**

Localidades e Povoados	População
Bebedo	21.426
Matenga	19.368
Metuchira	30.000
Cheadea	36.530
Siluvo	12.712
Nhamatanda	30.701
Macorococho	14.556

**Tabela. 2- Indicadores utilizados**

Medidas	Valor
População média dos lugares	<b>23.613 hab.</b>
Densidade média dos lugares	0.24
Distância média entre os lugares	<b>20 km</b>
Desvio médio	52.782
Variabilidade relativa	224%
Amplitude de variação	<b>23.812</b>
Desvio padrão	8.294
Coefficiente de variação	<b>35%</b>

Fonte: do autor com base nos dados da administração distrital.

O posto administrativo de Nhamatanda tem uma área de 2.920 km<sup>2</sup> e, como mostram os dados da tabela (2), resultado do método estatístico de análise territorial, os povoados analisados têm uma média populacional de 23.613 habitantes. Estas concentrações populacionais, consideradas importantes pelo número de habitantes que apresentam, encontram-se, em média, a 20 km de distância entre si. Mas isso não significa, no entanto, que estes espaços de separação representam um completo vazio humano mas, existem alguns fogos isolados rodeados de campos de cultivo para subsistência familiar.

Esta constatação já evidencia uma certa dispersão entre os lugares considerados, mas estes indicadores, como refere M. Araújo (1997), não são suficientes para definir uma

tendência de povoamento. Por isso, ele recomenda o uso de algumas medidas de variação por forma a ilustrar melhor a estrutura da rede.

A análise feita sobre o coeficiente de variação<sup>3</sup> (35%) mostra que o posto administrativo comporta núcleos populacionais relativamente homogêneos ou seja, as dimensões destes povoados não variam muito na importância dos seus efectivos humanos, apesar de a diferença entre o lugar mais povoado e o menos povoado ser de 23.812 habitantes (ver tabela 1). Portanto, estamos perante uma forma de povoamento disperso.

No entanto, esta dispersão não pode ser considerada “pura”<sup>4</sup> pois, coexistem alguns grupos “*povoados considerados*” com uma maior concentração populacional no meio de algumas casas isoladas, nos espaços “vazios” entre estes povoados.

A esta estrutura de povoamento disperso é referida por M. Araújo (1997), citando George (1974), como sendo de “*interferência por associação*”<sup>5</sup>, onde os aglomerados maiores (povoados) coexistem no meio de uma dispersão ao mais alto nível. Situações frequentes em territórios que, como Moçambique, deram início às transformações de organização e de desenvolvimento rural.

Nestes territórios, como explica M. Araújo (1997), tem sido característico que a posse de meios de circulação (...) permite que as pessoas possam controlar as suas culturas sem ter de, residir necessariamente, nas terras onde as cultivam. No caso concreto do posto administrativo de Nhamatanda, esta posse não tem feito com que as pessoas mudem de residência, mas permite que elas possam realizar as suas transacções nos mercados a um preço diferente (melhor) do que o praticado junto às suas propriedades.

---

<sup>3</sup> O coeficiente de variação (Vs), estabelece a relação entre o desvio padrão e a população média do sistema e, quanto menor for o seu valor, mais uniforme é a distribuição da população entre os lugares, uma das principais referências para definir o comportamento de povoamento disperso (ver Araújo, 1997).

<sup>4</sup> Segundo Araújo, M. (1997) “ A forma mais pura de dispersão corresponde a nuvens de casas isoladas, localizadas no interior do espaço produtivo familiar.”

<sup>5</sup> Ver M. Araújo 1997: 32.

### 3. Distribuição da população

Segundo INE (1997), *“em Moçambique, os postos administrativos situados ao longo dos corredores económicos ou com acesso ao mar (...) têm maior concentração populacional que os mais afastados, quer do mar ou das estradas nacionais”*. Analisando a situação do posto administrativo de Nhamatanda, a concentração populacional ganha maior peso a medida que nos aproximamos da estrada nacional (EN6), partindo do interior do posto administrativo.

Estatísticas fornecidas pela Administração do Distrito e por outras fontes tais como o Censo (1997), ACNUR/PNUD (1997) e Ferreira & Almeida (2003/04), sobre o número de localidades por posto administrativo, a nível do distrito de Nhamatanda, têm mostrado algumas discrepâncias nos números. Os dados do Censo de 1997 apontam, para o posto administrativo de Nhamatanda, apenas uma localidade com oito (8) aldeias<sup>6</sup> e uma população total de 67.257 habitantes.

Já para a administração do distrito, o posto administrativo de Nhamatanda concentra quatro localidades: Nhamatanda, Metuchira, Macorococho e Siluvo. Algumas aldeias, referenciadas no censo (1997), passaram à localidades<sup>7</sup>, como é o caso concreto da localidade de Cheadea, antes considerada aldeia. Nesta ordem, o posto administrativo de Nhamatanda passa a ter (7) povoados distribuídos pelas quatro (4) localidades como ilustra o mapa (3), em anexo.

Como resultado da *“reclassificação”* das áreas do distrito, nota-se que as aldeias de Mecuzi e Muvelo (mapa 2) já não existem como tal<sup>8</sup>, passando a fazer parte das localidades de Macorococho e Siluvo respectivamente, ver no mapa (3).

Porém, esta situação provoca grandes constrangimentos na recolha de dados sobre o número de habitantes existentes, por força da indefinição dos limites das unidades

---

<sup>6</sup> Veja-se o mapa 2 em anexo

<sup>7</sup> Veja-se o mapa 3 em anexo

<sup>8</sup> Isto não significa que as povoações em referência tenham desaparecido, apenas deixaram de representar uma aldeia, passando a ser considerados como bairros nas respectivas localidades.

territoriais (localidades) sob jurisdição de cada representante nas áreas ora criadas, como resultado desta “reclassificação”. Ainda segundo a mesma fonte, o posto passou a ter, em 2004, uma população com cerca de 159.897 habitantes, o que representa uma taxa de crescimento geométrico<sup>9</sup> de 1.9% com uma densidade populacional de 54.7 hab/km<sup>2</sup>. As razões para este crescimento, na opinião de alguns inqueridos, está ligado a um crescente número de pessoas que saem das cidades na tentativa de se estabelecer no local, criando seus próprios negócios.

**Tab. 3 — Perfil estatístico da população do Posto administrativo de Nhamatanda**

Localidades e Povoados	População	Ag. Familiar	Homens	Mulheres
Nhamatanda	30.701	6.140	12.520	18.181
Metuchira	24.604	7.921	16.683	10.318
Macorococho	14.556	2.911	5.744	8.812
Bebedo	21.426	4.285	-	-
Matenga	19.368	3.874	-	-
Cheadea	36.530	7.306	-	-
Siluvo	12.712	2.542	5.111	7.601
<b>Total</b>	<b>159.897</b>	<b>32.068</b>	-	-

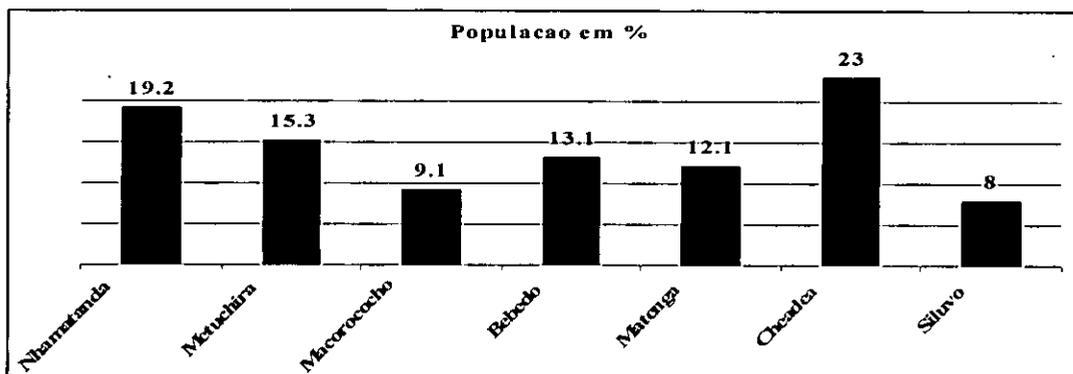
Fonte: elaborado pelo autor com dados fornecidos pela administração do distrito de Nhamatanda, 2004.

A análise da distribuição territorial da população, pelas localidades, permite chegar a conclusão de que as localidades de Cheadea, Nhamatanda e Metuchira são as que concentram maior número de habitantes a nível do posto administrativo, com 23%, 19,2% e 15%, respectivamente (gráfico 1). Para a localidade de Nhamatanda, esta repartição da população pode ser explicada pelo facto de ela ser o principal pólo de desenvolvimento a nível do posto administrativo e do distrito. Esta localidade concentra as principais infra-estruturas socio-económicas para além de ter uma acessibilidade fácil à estrada nacional (EN6), permitindo uma maior capacidade de movimentação e manuseamento de produtos. Para o caso de Metuchira, onde em tempos existiam áreas com plantações de algodão da empresa LOMACO, esta proporção da população pode estar ligado a este facto. Aliás, como refere M. Araújo (1983), nas áreas de agricultura de plantação, no período anterior a independência de Moçambique, assistia-se a um aumento da densidade da população, apesar de não se atingir um verdadeiro povoamento

<sup>9</sup>  $r = \sqrt[n]{P_{t+n}/P_t} - 1$

concentrado. Já para Cheadea, localizada mais para o interior do posto administrativo, a explicação mais provável, pode estar no facto de esta localidade incluir, devido da reclassificação das áreas do posto administrativo e do distrito, alguns povoados que pertenciam ao posto administrativo de Tica.

Gráfico 1 — População por localidades e povoados



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados colhidos no campo

#### 4. Factores da distribuição da população

Quando se faz um estudo populacional, o geógrafo deve preocupar-se em descrever os efectivos humanos, em termos de localização e características, explicando também, a sua distribuição e as relações desta com outros fenómenos ( Zelensky, 1965).

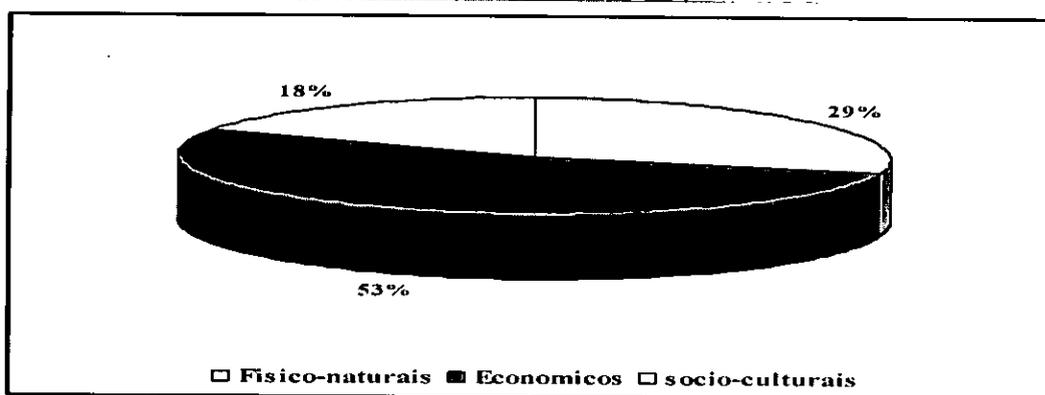
Primeiramente, a distribuição populacional no distrito e, particularmente, no posto administrativo, eram explicadas pelo passado histórico das pessoas envolvidas. Como é sabido, o distrito sofreu fortes movimentações populacionais aquando do conflito armado terminado em 1992. Esta movimentação levou à concentração de pessoas, vindas particularmente, do interior nas proximidades da estrada nacional nº 6 (corredor da Beira) e nos principais povoados, particularmente das Localidades de Metuchira e da própria vila de Nhamatanda, como forma de encontrarem melhores condições de segurança.

Mais recentemente, segundo o administrador do distrito, também verifica-se este movimento de pessoas do interior do distrito para a vila mas, este está relacionado com a procura de melhores condições de sobrevivência. No entanto, isto não significa propriamente que as pessoas abandonam a actividade agrícola por completo mas,

preferem dar mais importância à actividade comercial, formal e informal. Aliás, sobre isso, foram referidos dois tipos de movimentos, principalmente para a vila de Nhamatanda. Se por um lado as pessoas vêm “abandonando” a actividade agrícola no interior para se dedicar ao comércio informal, por outro, tem se registado movimentações de pessoas que vêm das capitais provinciais, particularmente da cidade da Beira, a procura de novas oportunidades e formas de sustento, dedicando-se a actividade comercial (formal ou informal) e agrícola. Este Segundo movimento é descrito pelo administrador como sendo de pessoas que já receberam as suas reformas ou perderam os seus empregos, não se achando em condições de continuar a morar nas cidades pelo elevado custo de vida.

Dos 10 agregados familiares inqueridos nos povoados de Macorococho, Matenga, Bebedo, Siluvo e Metuchira e 15 nos povoados de Nhamatanda e Cheadea, num universo de 80 famílias, a maior parte (53%), alegou factores de índole económica como sendo a causa principal que leva as pessoas a se manterem ou mudarem para outros lugares no distrito: procura de melhores condições de sustento pela venda em cantinas e pequenas bancas improvisadas, bem como no mercado local. Os que se justificaram pelos factores físico-naturais, foram cerca de (29%) e os sócio-culturais (18%) como ilustra o gráfico que segue.

Gráfico 2 — Influência dos factores na distribuição da população



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados colhidos no campo

Destes factores (económicos), por sinal o principal na influência da repartição territorial da população, as actividades agrícola e comercial ou a existência de infra-estruturas económicas como estradas, lojas, cantinas ou mesmo bancas improvisadas foram os mais referenciados pelas famílias. Estas famílias procuram o lugar ideal para a comercialização agrícola, de artigos vestuários ou de géneros alimentícios, para além de trabalhar como guardas de empresas ou de singulares.

A vida cara na cidade, a perda do emprego e a procura de novas oportunidades, tem levado muitas destas pessoas a dedicarem-se a agricultura de subsistência e ao comércio informal no posto administrativo. Algumas pessoas se dedicam ao trabalho de “táxi” (vulgo chapa cem) para o interior do distrito. Por outro lado, as pessoas que se mudam do interior do distrito para as zonas mais acessíveis “trocam” a agricultura também pela actividade comercial trabalhando em projectos ou como cobradores de chapas.

Pelas entrevistas efectuadas, também se pode constatar que os factores sócio-culturais e mesmo históricos desempenharam um papel importante na implantação dos assentamentos humanos. A disponibilidade de unidades escolares e sanitárias em certos lugares, apesar de representar uma escala muito pequena, também condiciona a fixação de pessoas em determinados lugares.

As principais mudanças por razões sociais estão relacionadas com o facto de algumas famílias, pela necessidade de seus filhos estudarem, procurarem uma segunda casa na vila de Nhamatanda para facilitar a continuidade dos estudos, pelo facto de nas suas zonas só existirem escolas do Ep1. Aliás, grande parte das pessoas entrevistadas, referiram que a principal causa de localização em determinados lugares do posto administrativo é de acordo com a actividade que desenvolvem (agricultura, pesca ou comércio), para só depois fazerem apelos ao governo local para a colocação de serviços básicos, nomeadamente as fontes de água potável nestes lugares.

As razões familiares também merecem algum destaque. Algumas famílias se justificaram pela presença nos lugares onde vivem por “compromisso” com seus antepassados que,

segundo eles, nunca abandonaram o local excepto no período da guerra tendo regressado logo de seguida.

Portanto, no período, particularmente após a independência nacional, o conflito armado foi considerado, entre os factores histórico-sociais, o mais importante na repartição da população a nível do posto administrativo. Segundo o administrador do distrito, as pessoas que abandonaram as suas zonas de origem, nesta época, fixaram-se definitivamente nos principais povoados do posto administrativo e do distrito, particularmente na vila de Nhamatanda e, como foi referido antes, ao longo da EN nº 6, onde se encontram, até hoje, implantados com alguns negócios.

Os factores físico-naturais, como a fertilidade dos solos, os recursos naturais, a disponibilidade de água ou mesmo a natureza do relevo, foram os mais referenciados pelas famílias inqueridas, a par das calamidades naturais que tem fustigado as suas culturas e dizimado o seu gado. Como refere M. Araújo (1997), as comunidades rurais, para desenvolver as suas actividades necessitam de lançar mão de recursos naturais como a terra (solo), água e os recursos florestais que se mostram imprescindíveis para o desenvolvimento das suas principais actividades.

Por exemplo, nas localidades de Matenga e Metuchira, os principais povoados encontram-se junto ao Rio Metuchira e aproveitam as terras férteis para agricultura, a água para o abeberamento do gado e para uso doméstico, já que a situação da água potável é extremamente crítica nestes lugares. Mas, como se verificou ao longo do trabalho de campo, estes povoados não só procuram estar próximos dos cursos de água, mas também, onde estes cursos cruzam as vias de acesso, isso mostra que, não só os factores físicos influenciam a fixação das pessoas no posto administrativo de Nhamatanda, mas também estão sempre presentes, os factores económicos.

## CAPÍTULO V

### DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS NO POSTO ADMINISTRATIVO DE NHAMATANDA

#### 1. Critérios de localização dos serviços

Antes de abordar a questão dos serviços sociais básicos na área em estudo importa referir alguns critérios considerados fundamentais para implantação destes serviços por parte das instituições responsáveis.

A distribuição dos serviços sociais básicos, nos territórios rurais de Moçambique, são feitos de acordo com alguns critérios definidos por cada instituição e, para levar a cabo a estas tarefas, são necessários grandes investimentos como parte do processo de reactivação de infra-estruturas sociais, o que leva a estas instituições a definir tais critérios. Assim, para a Direcção Nacional de Águas, um dos critérios considerados básicos para a localização de uma bomba manual é que ela esteja localizada por forma que consiga servir um efectivo de 500 pessoas, e não mais, num raio máximo de 500 metros (DNA, 1997).

Para o Ministério da Educação, a construção de uma escola primária também obedece a determinados critérios ou seja, as escolas se localizam em função da importância dos aglomerados populacionais, bem como em função das vias de comunicação ou das acessibilidades (Ministério da Educação, 2005). No entanto não fica, aqui, definido o número de habitantes considerados.

Finalmente, para o Ministério da Saúde, particularmente no que se refere aos hospitais de nível secundário<sup>10</sup>, sendo unidades de referência para os doentes que não encontram solução para os seus problemas de saúde nos centros de saúde, e não se destinando ao primeiro contacto do cidadão com o Sistema Nacional de Saúde, não se localizam só em

---

<sup>10</sup> De acordo com o MISAU, os Hospitais de Nível Secundário são de três tipos: Hospitais Distritais, Rurais e Gerais.

função da importância dos aglomerados populacionais mas, também em função das vias de comunicação e dos fluxos de transporte.

Portanto, para a localização destes serviços, prioridades são dadas a aglomerados populacionais próximos de entroncamentos rodoviários e/ou ferroviários, de modo a que a drenagem dos referidos doentes, a partir dos centros de saúde, para os Hospitais de nível secundário se possa fazer facilmente (Ministério da Saúde, 2001).

### **2. Rede sanitária**

O posto administrativo de Nhamatanda tem um total de 12 unidades sanitárias, entre eles, um hospital rural, 7 centros de saúde e 4 postos de saúde<sup>11</sup>. De uma forma geral pode se dizer que houve um aumento de duas unidades sanitárias no período entre 1997 e 2004 ao nível do posto administrativo. Este aumento, de número de centros e postos de saúde, ao nível do posto, verificou-se nas povoações de Macorococho e Bebedo. Mas a maior concentração das unidades sanitárias continua a se verificar na vila de Nhamatanda, onde para além de ter o hospital rural de Nhamatanda, tem ainda um centro e dois postos de saúde.

### **3. Rede escolar**

O distrito de Nhamatanda tem uma rede escolar constituída por um total de 65 escolas, das quais 49 são do Ep1, 15 são escolas primárias completas e uma escola secundária Geral<sup>12</sup>. Tem ainda, uma escola privada de formação de professores e outra de Artes e Ofícios pertencentes a ADPP – uma Organização Não Governamental.

O Universo da população escolar para 2004, segundo os dados estatísticos colhidos no terreno, ao nível do posto administrativo de Nhamatanda, é de 35.800 alunos. As infra-estruturas de suporte totalizam 238 salas de aulas construídas com material convencional e local.

A distribuição das unidades escolares e da rede sanitária, como rezam os critérios definidos pelo MINED e MISAU, tende a obedecer a localização da população e das vias

---

<sup>11</sup> Veja-se a tabela 2 em anexo

<sup>12</sup> Veja-se tabela 3 em anexo

de acesso, havendo maior ou menor concentração de acordo com a densidade populacional bem como pela existência e qualidade das acessibilidades.

#### 4. Abastecimento de água potável

A Situação de abastecimento de água potável no posto administrativo de Nhamatanda, caracteriza-se por uma rede de 82 fontes das quais 69 se encontram operacionais, servindo um total de 159.897 habitantes o que corresponde a uma cobertura real de 27% em relação a população total, (tabela 4)<sup>13</sup>.

Apesar desta taxa de cobertura representar um progresso em relação a situação no período de 1997 – 1999, existem ainda povoados cujo acesso há fontes de água potável é inexistente ou tem uma existência crítica, particularmente, nas Localidades de Cheadea e Macorococho. Aqui, esta situação vê-se mais agravada pelo nível do lençol freático, que é muito baixo. Nota-se porém, que na sede do posto administrativo, a maior parte das fontes de abastecimento de água potável, ainda operacionais, a água é salobre, desagradável ao paladar e imprópria para se beber.

Tab. 4- distribuição da rede de abastecimento de água potável

Localidades e Povoados	Total	Opera	Não Opera	P. Servida	Taxa Cobert. Real <sup>14</sup>
Nhamatanda	32	30	2	30,701	52.12%
Metuchira	19	12	7	24,604	36.25%
Siluvo	16	13	3	12.712	41.65%
Macorococho	5	4	1	14,556	17.18%
Cheadea	9	9	0	36.530	15.2%
Bebedo	1	1	0	21.428	5%
Matenga	0	0	0	19.368	0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pela administração do distrito

<sup>13</sup> Veja-se a tabela 2, em anexo.

<sup>14</sup> Esta cobertura (real) representa a situação actual de acesso e uso e não tem relação nenhuma com a cobertura segundo os critérios definidos por cada instituição, como se poderá ver adiante. Por causa da falta, as pessoas afluem em maior número, aos fontanários, que o previsto nos critérios.

## CAPITULO VI.

### RELAÇÃO ENTRE A DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA POPULAÇÃO E SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS

Desde sempre, a fixação de pessoas num determinado território teve influências de factores que podem ser atractivos ou repulsivos a esta fixação. Por exemplo, Noin (1988) refere que, nos espaços rurais, a densidade da população varia quer com a pluviosidade quer com a distância aos centros urbanos.

De acordó com (INE, 1997), a distribuição territorial da população moçambicana aponta para uma considerável dispersão rural, o que dificulta o adequado provimento e acesso aos investimentos sociais básicos.

No posto administrativo de Nhamatanda, a forma dispersa como a população se encontra repartida no território é a principal razão para o não acesso adequado às suas necessidades básicas. Aliás, segundo M. Araújo (1983), o tipo de povoamento disperso (...) dificulta o acesso, primeiro as vias de comunicação, depois a educação e a saúde. Mas, esta população, para fazer face as suas necessidades (sustento) depende da actividade agrícola e sempre procura fixar-se onde as condições se mostram favoráveis à sua fixação. Até porque, como refere Alexeév (1987), é tradição que o povoamento rural se caracterize pela dependência das pessoas aos recursos que se encontram distribuídos de forma dispersa.

Analisando a situação das localidades, verifica-se que, há ainda uma preocupante falta de unidades sanitárias nos povoados mais distantes das sedes (das localidades), ou das principais vias de acesso que alias, a luz dos critérios definidos pelo MISAU<sup>15</sup> não reúnem condições para instalação. Esta situação leva a que as pessoas busquem o tratamento tradicional ou comprem mesmo, medicamentos convencionais em mercados ambulantes, sem a observância do estado de conservação dos mesmos. Porem, constata-

---

<sup>15</sup> Veja-se critérios de localização dos serviços neste trabalho

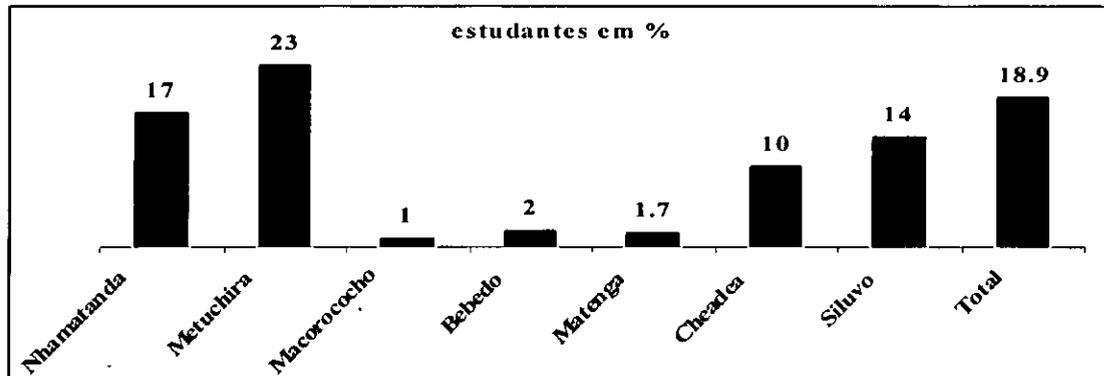
se aqui, uma discrepância entre os critérios definidos pelas instituições e as reais necessidades da população, porque, se é verdade que não se justifica a instalação de um hospital rural em determinadas áreas mas, pode colocar-se, nestes lugares, um centro ou posto de saúde que, certamente, iria minimizar o sofrimento das pessoas em causa.

Durante as entrevistas, algumas pessoas referiram que, na tentativa de chegar a unidade sanitária, os doentes acabavam por perder a vida ou a ter abortos não esperados no caso de mulheres grávidas em vésperas da concepção. No caso concreto da povoação de Matenga, o lugar mais próximo para receber assistência sanitária é a vila de Gorongosa, numa distância de, pelo menos, 20 km pela EN1. Esta situação, segundo o administrador do distrito, tem obrigado as pessoas a servirem-se do tratamento tradicional, chegando mesmo a fazer o trabalho de parto em condições precárias, colocando em segundo plano as unidades sanitárias.

O acesso ao ensino primário, do primeiro e segundo grau, no posto administrativo de Nhamatanda, pode ser considerada razoável mas, grande parte dos alunos que concluem a 5<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup> classes e, que não reúnem condições, particularmente financeiras, para se mudarem para a vila de Nhamatanda ou desta para outros pontos do país, acabam por virar as suas atenções ao mercado de trabalho. De acordo com o Director da escola primária de Matenga, a única instituição de ensino existente que lecciona até a 10<sup>a</sup> classe (na vila) não consegue absorver mais de 10 estudantes para o seu internato em cada ano lectivo.

Estima-se em 18% (gráfico 3), a taxa de continuidade dos estudos por parte destes alunos a nível de todo o distrito. E as razões principais colocadas pelos agregados familiares, foram a falta de instalações e docentes. Mas de acordo com os critérios definidos pelo Ministério da Educação (2005), muitas destas povoações não reúnem condições para colocação de escolas, particularmente de nível secundário, porque se em termos de números pode se justificar, já no que concerne as vias de acesso, é praticamente inviável, se bem que não seja só por isso que não haja lá uma escola. Para mostrar um exemplo ilustrativo desta situação, a localidade de Matenga, com mais de 19.000 habitantes, as condições de acesso são precárias.

Gráfico 3- Estudantes que continuam os estudos após o Ep1 e Ep2 no posto administrativo



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados colhidos na área de estudo

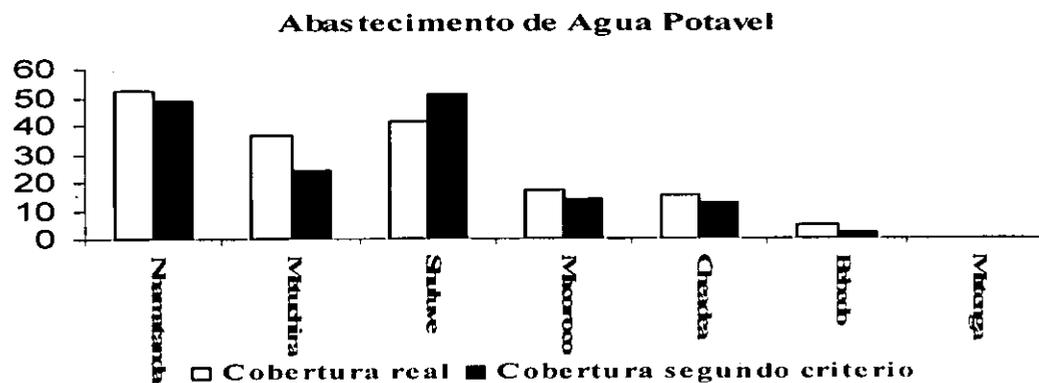
A percentagem dos alunos da localidade Nhamatanda, no gráfico acima, refere-se àqueles que saem para dar continuidade dos estudos fora do distrito, na capital da província ou em outros lugares. Os dados da localidade de Metuchira englobam os que continuam com os estudos quer na vila de Nhamatanda quer fora do distrito. Mas, muitos destes só terminam a 10 classe na vila de Nhamatanda.

Se, de acordo com o MPF (2004), a educação constitui o pilar fundamental para o desenvolvimento socio-económico dos países e, de acordo com Jones (1994), existe uma inter-relação entre a dinâmica demográfica e a educação, e existe uma, cada vez maior procura deste serviço, é uma oportunidade para que os governos desenvolvam infra-estruturas e um sistema educativo, sem, no entanto, descorar da realidade do país. Portanto, há que adequar os critérios de localização dos serviços à realidade do país.

Uma das condições básicas para a redução dos desequilíbrios de desenvolvimento entre as zonas rurais e urbanas, é o acesso à água potável por parte das populações. Para esta questão, um dos critérios principais definidos pela DNA é que cada furo sirva não mais de 500 pessoas num raio de 500 m. Nesta óptica, se repararmos o número de furos existentes no posto administrativo de Nhamatanda, a serem utilizados com a observância dos critérios definidos, a cobertura não ultrapassaria as 34.500 pessoas, em todo o posto, pois, corresponderia a cerca de 22% de cobertura contra os 27% de cobertura real,

verificada no terreno ou seja, um número ainda maior de pessoas não estaria abrangido pelo sistema.

Gráfico 4 -Taxa de cobertura do abastecimento de água potável por localidade e povoado



Fonte: elaborado pelo autor com dados colhidos no terreno

Da análise feita ao gráfico, nota-se que a cobertura real é superior àquela definida pelos critérios, o que significa que o número de pessoas por fontanário é superior que o definido pelos critérios apesar da diferença não ser muito elevada. Ainda assim, maior parte da população continua a preferir água dos poços ou rios. Entre as razões, estão a distância para os fontanários e as enchentes que se registam nestas fontes. Aliás, este facto é que explica melhor o caso do povoado de Siluvo, onde a cobertura real é inferior àquela definida pelos critérios. Segundo depoimentos de algumas famílias, as enchentes tem provocado confrontos chegando mesmo a envolver actos de feitiçaria.

Portanto, se (PNA-1995) e o (PTAR-1997) preconizam a satisfação das necessidades básicas da população através do aumento da taxa de cobertura e de abastecimento de água potável nas zonas rurais (CEPAS, 2005), esta satisfação está longe de ser alcançada se tomarmos em conta os níveis de cobertura que actualmente se verifica no terreno. Este reduzido número de fontanários propicia o consumo de água não própria, ao invés de as pessoas percorrerem uma distância que chegam a variar entre 12 a 24 horas a busca do precioso líquido. A situação mais grave de abastecimento de água potável se verifica nos povoados de Bebedo e Matenga, este último sem nenhum sistema de abastecimento como, ilustra o gráfico (4).

## CAPÍTULO VII

### CONCLUSÕES

Nas áreas mais afastadas da vila de Nhamatanda, das estradas nacionais (EN1) e (EN6) e das sedes das localidades, as pessoas encontram-se implantadas no território com casas cercadas por machambas relativamente extensas de produção para subsistência familiar. Por outro lado, existe também uma extensa porção de terra pertencente a extinta empresa de algodão, LOMACO. Por causa disso, as famílias ficam afastadas uma das outras (em média, 1km).

Mas, a medida que nos aproximamos destes lugares (vila de Nhamatanda, sedes das localidades e estradas nacionais), estas nuvens de casas são interrompidas por aglomerados populacionais mais significativos devido ao crescente número de casas ou infra-estruturas sociais que tem sido construídas ultimamente. Isso faz concluir que, neste território, apesar de predominar a forma de povoamento disperso, coexistem as duas formas de povoamento rural: o disperso e o agrupado. No entanto, alguns dos povoados agrupados resultaram do processo de implantação de aldeias no período que se seguiu a independência de Moçambique.

A forma (dispersa) como a população encontra-se territorialmente distribuída no posto administrativo de Nhamatanda está ligada, principalmente, a factores económicos e físico-naturais. Se bem que os factores sociais e os histórico-culturais tenham exercido, à determinada altura, suas influências. Este grupo de factores, particularmente os físico-naturais, por não se encontrarem concentrados no mesmo lugar, as pessoas acabam por se distribuir nos ramos correspondentes.

Este facto ficou patente na opinião de algumas famílias entrevistadas, em que os principais factores que mais pesaram na escolha dos lugares para implantação residencial foram os de ordem sócio-económica: "...as pessoas procuram fixar-se nos lugares onde possam produzir para sua subsistência.". Depois seguem-se, os de ordem físico-naturais. As calamidades naturais (secas e cheias) fizeram com que boa parte das famílias

abandonassem as suas propriedades (terras), para procurarem lugares menos vulneráveis a estes fenómenos. É de salientar que o conflito armado terminado em 1992, também forçou muitas famílias a mudarem-se para lugares considerados mais seguros.

A implantação dos serviços sociais básicos a nível do posto administrativo não está em função dos critérios definidos pelas instituições (no que se refere ao número de habitantes) mas sim, em função da existência ou não de vias de acesso. As escolas e as unidades sanitárias localizam-se em lugares de fácil acesso.

Por isso, existem certos povoados com número de habitantes que justificam a colocação dos serviços sociais básicos mas, não estão a beneficiar dos mesmos. No povoado de Matenga esta situação mostra-se mais crítica, pois, com mais de 19 000 habitantes, não existe nenhum fontanário público, nenhuma unidade sanitária e escolar do Ep2.

Como consequência a população deste povoado é obrigado a percorrer longas distâncias para obter cuidados de saúde e a consumirem água não própria. E as crianças que terminam o Ep1 ficam abandonadas a sua sorte. Elas não têm possibilidades para dar continuidade aos estudos em outros lugares. Por outro lado, o reduzido número de fontanários existentes ( ainda em funcionamento) no posto administrativo, tem provocado conflitos entre as famílias, levando algumas delas a ter preferência em outras fontes não convencionais.

Desta forma, o provimento e o acesso aos serviços sociais básicos no posto administrativo de Nhamatanda está a ser feito de forma deficiente para grande parte da população que vive nas áreas mais afastadas dos lugares de fácil acesso. Os agregados familiares que se encontram nesta situação preferem recorrer à formas alternativas de atendimento sanitário. E os alunos, de modo particular, acabam por se sentir desmotivados para continuar com os estudos.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ACNUR & PNUD (1997). *Perfil de desenvolvimento distrital*. Distrito de Nhamatanda. Província de Sofala.
2. Administração do Distrito de Nhamatanda. (2005). *Diagnóstico distrital*. Distrito de Nhamatanda.
3. ALEXEÉV, A. (1987). *Geografía de la población com fundamentos de Demografía*. Editora Progresso.
4. AMARAL, Wanda do, (1999). *Guia para apresentação de teses, dissertações e trabalhos de graduação*. 2ª edição. Maputo. Livraria universitária.
5. ARAÚJO G. M. (1983). *As aldeias comunais e o seu papel na distribuição territorial da população rural na república Popular de Moçambique*. Lisboa. Finisterra, XVIII (36), 367-377.
6. ARAÚJO G. M. (1988). *O sistema de aldeias comunais em Moçambique: Transformações na Organização do espaço residencial e produtivo*. Lisboa. Tese de doutoramento, universidade de Lisboa.
7. ARAÚJO G. M. (1997). *Geografia dos povoamentos: uma análise dos assentamentos Humanos rurais e urbanos*. Maputo. Livraria Universitária. UEM.
8. ARAÚJO G. M. (2003). *Factores da distribuição da população mundial*. Apontamentos da cadeira de população e desenvolvimento. Maputo. Universidade Eduardo Mondlane.
9. ARAÚJO, A. Rosa de, (2001). *Manual de demografia para estudantes de Medicina*. Project Moz 98/p08. Maputo. Livraria Universitária. UEM.
10. BEAJEU-GARNIER, Jaqueline (1980). *Geografia da população*. Editora Nacional.
11. CEPAS (2005). *Boletim informativo*. Projecto de pesquisa da operacionalização da bomba de pistão. Edição nº 2. 1º trimestre. 1-4.
12. CLARKE, John, I. (1984). *Geography & Population: approaches and applications*. 1ª edition. London. Oxford. Pergamon press.
13. CLARKE, John, I. (1972). *Population Geography*. 2ª edition. London. Oxford.
14. DNE (1990). *Dinâmica demográfica e processos económicos, sociais e culturais*. Projecto Moz/serie população e desenvolvimento. Maputo. documento nº2.

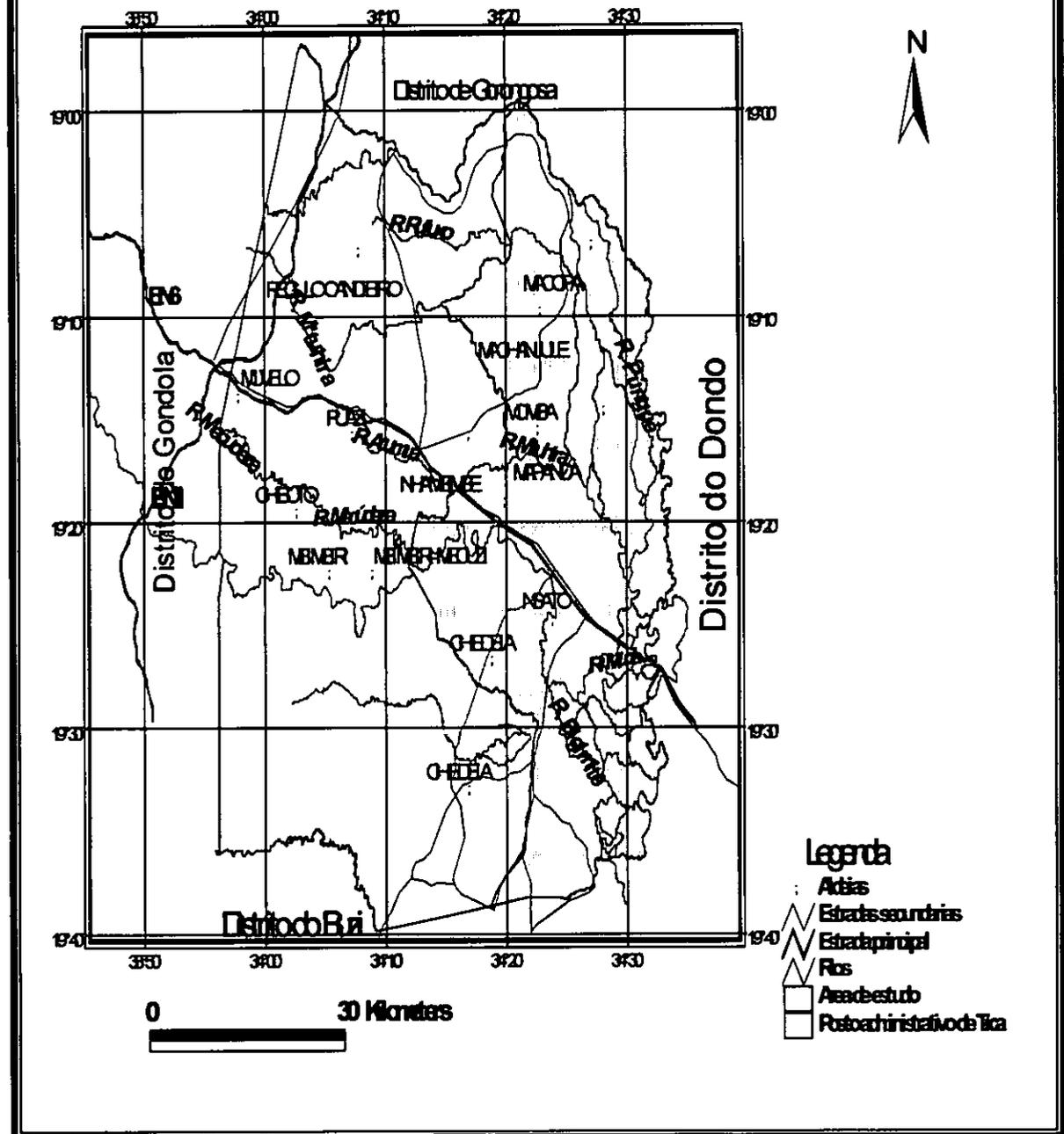
15. FERREIRA, M. C. & Almeida, I. (2003). *Directório Comercial de Moçambique*. Número 4.
16. FERREIRA, M. C. & Almeida, I. (2004). *Directório Comercial de Moçambique*. Número 5.
17. GIDDENS, Anthony (2004). *Sociologia*. Serviço de educação e bolsas. 4ª edição. Lisboa. Calouste Gulbenkian.
18. HARPER, Andrew C. HOLMAN, C. Darcy J. & DAWES, Vivienne P. (1994). *The Health of Populations*. An introduction. 2ª edition. Australia. Churchill Livingstone.
19. HONRBY, William F. & JONES Malvyn (1993). *An introduction to population geography*. Second edition. Cambridge.
20. INE (1997). *Panorama Sócio-Demográfico*. INE. Estatísticas oficiais.
21. INE (2000). *Questionário dos Indicadores Básicos de Bem Estar (QUIBB)*. Maputo. INE.
22. INE (2001). *Questionário dos Indicadores Básicos de Bem Estar (QUIBB)*. Maputo. INE.
23. INE (2005). *Projeções anuais da população por distritos. 1997-2010*. [www.ine.gov/20-06-2005](http://www.ine.gov/20-06-2005). 16 horas.
24. Instituto Nacional de Estatística (1999-2000). *Estatísticas e indicadores sociais*. INE. Moçambique.
25. LACKATOS e MARCONI (1992). *Metodologia do trabalho científico*. 4ª edição. São Paulo. Editora Atlas S.A.
26. LACKATOS e MARCONI (1999). *Sociologia geral*. 7ª edição revista ampliada. São Paulo. Editora Atlas S. A.
27. MACIO, G. A. (1985). *Dicionário demográfico Multilingue*. Bélgica. Ordina Editions.
28. MAIA, R. L. (2002). *Dicionário de Sociologia*. Dicionários temáticos. Porto. Porto Editora.
29. MENDES et. al. s/d— *O nosso mundo*. Lisboa. Plátano editora.
30. Ministério da Educação (1986). *Atlas Geográfico*. Vol. 1, 2ª edição. Maputo. Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação. Revista actualizada.

31. Ministério da Saúde (2001). *Caracterização técnica, enunciado de funções específicas, critérios e mecanismos para a classificação das instituições do SNS, de nível primário*. Gabinete do Ministro da saúde. Dezembro. Maputo.
32. Ministério da Saúde (2001). *Caracterização técnica, enunciado de funções específicas, critérios e mecanismos para a classificação das instituições do SNS, de nível secundário*. Gabinete do Ministro da saúde. Dezembro. Maputo.
33. Ministério da Saúde (2001). *Caracterização técnica, enunciado de funções específicas, critérios e mecanismos para a classificação das instituições do SNS, de nível terciário*. Gabinete do Ministro da saúde. Dezembro. Maputo.
34. Ministério da Educação (2005). *Metodologia da carta escolar*. Junho. Maputo. mimeo.
35. Ministério do Plano e Finanças (2004). *Actualização e construção de indicadores para o acompanhamento e monitoria de programas populacionais em Moçambique*. Maputo. ML Graphics, Lda. Julho.
36. MPD (2005). *Plano de acção para implementação da política de população*. Ministério do Plano e desenvolvimento-Maputo: Departamento de Programação macro-económica. ML Graphics, Lda. Junho.
37. MPF et al. (1998). *Pobreza e bem-estar em Moçambique*. Primeira avaliação nacional. Maputo. Dezembro.
38. MUANAMOHA, R. (1995) *Tendências históricas da distribuição espacial da população em Moçambique*. Belo Horizonte. Tese de mestrado.
39. NAKATA, H & COELHO, A. (1985). *Geografia geral*. 1ª edição S.P- Brasil: Editora Moderna.
40. NOIN, Daniel (1988). *Geographie de la population.. La distribution de la population*. 2º ediction. Paris. Masson.
41. Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano (2001). *Moçambique-Mulher, Género e Desenvolvimento Humano: Uma agenda para o futuro*. Maputo-Moçambique. PNUD.
42. THE WORLD BANK (1997). *World development report - The state in a changing world*. Oxford University Press.
43. Y. M. Yeung y T. G. Mc Gee (1986). *Participación comunitaria en la prestación de servicios urbanos en Asia*. International Development Centre.

Anexos

# Distrito de Nanatanda

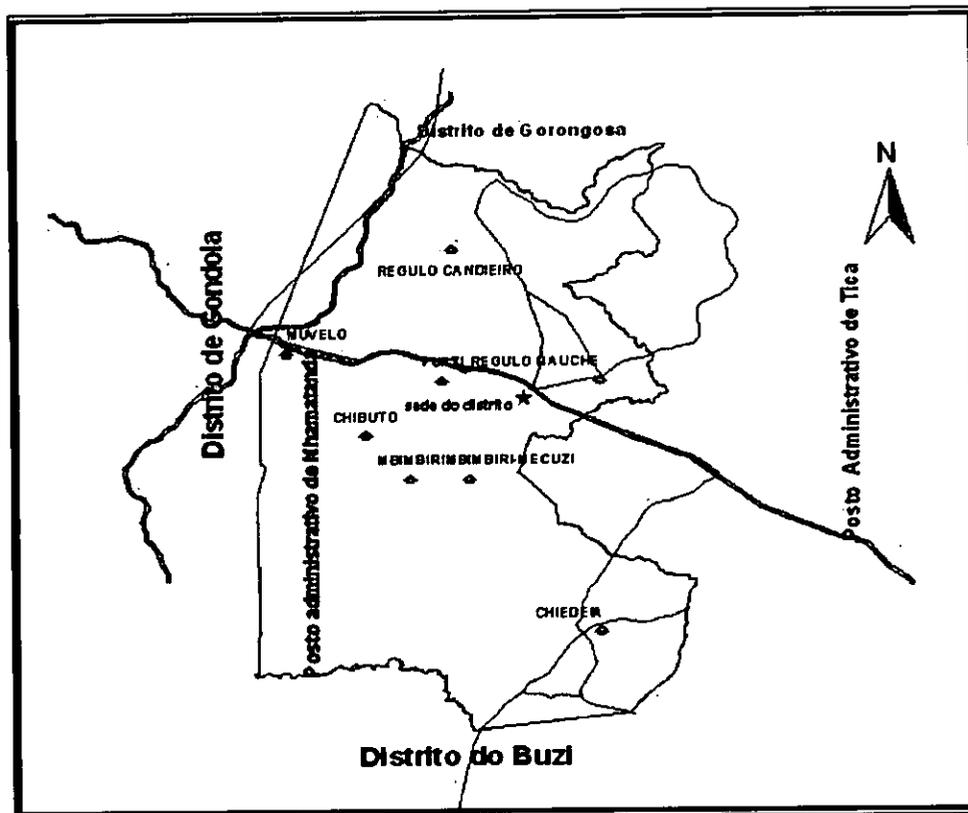
## Localização da área de estudo



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da DINAGECA-GEOLAB

Mapa 2

## Posto administrativo de Nhamatanda (distribuição das aldeias-censo 1997)



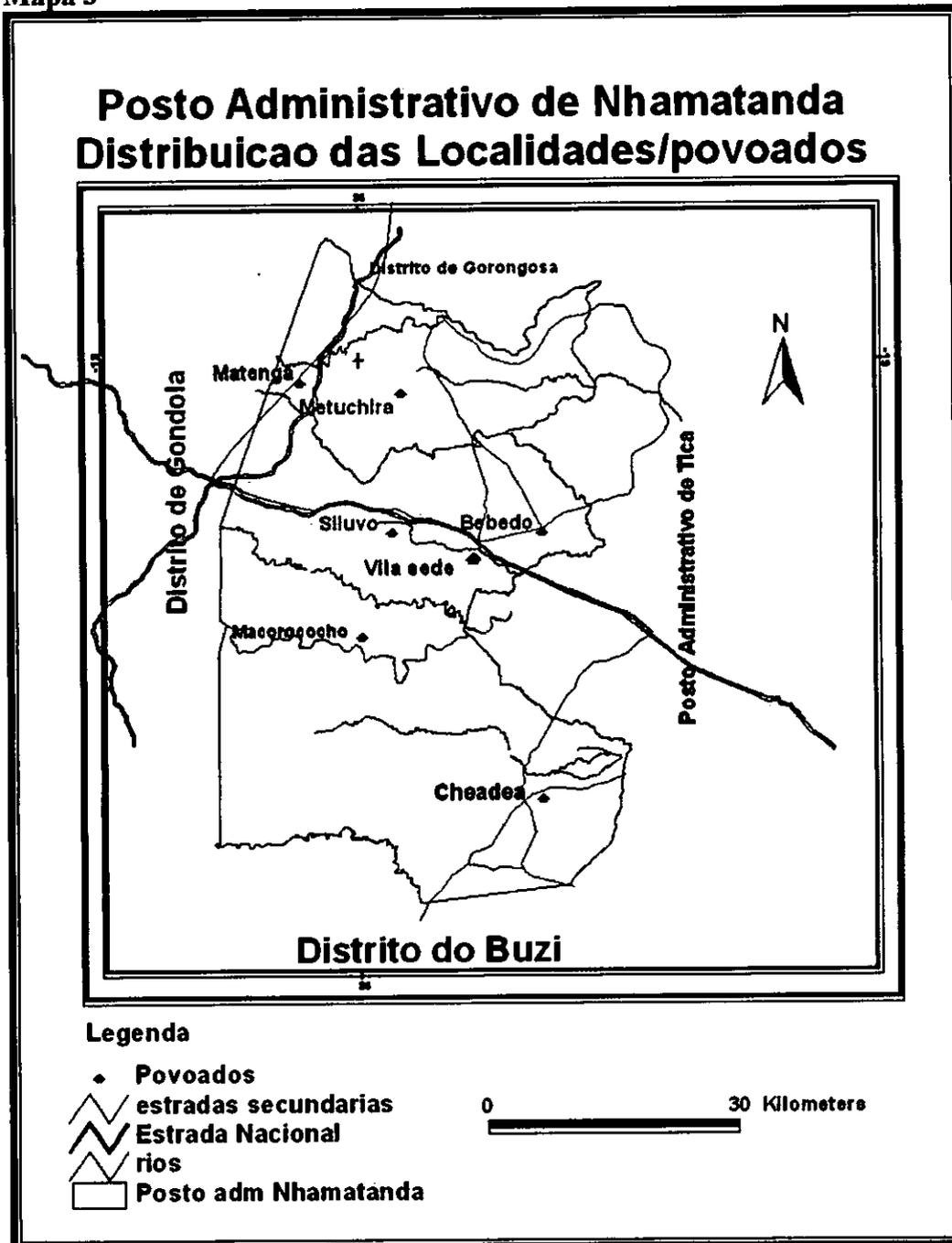
### Legenda

- povoados
- estradas secundárias
- Estrada Nacional
- Area de estudo

20 0 20 Kilometers

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da DINAGECA-GEOLAB

Mapa 3



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da DINAGECA-GEOLAB

**Tabela 1— em anexo: Unidades sanitárias existentes no posto administrativo**

Unidade Sanitária	Pessoal Existente			
	Medico	Médio	Básico	Elementar
Hospital Rural	1	7	12	9
	1	5	10	7
	1	6	11	10
	1	10	16	9
Centro de Saúde Sede			4	1
		2	5	1
			3	3
			5	1
Centro de Saúde de Nharichonga			1	
			1	
			1	
			1	1
Centro de Saúde de Siluvo				1
			1	
			1	1
Centro de Saúde de Jasse Manguena				
				1
				2
Centro de Saúde de Macorococho			1	
			1	
				1
Centro de Saúde Mecuze- Phuaze				1
				1
				1
				1
Centro de Saúde de Metuchira Lomaco		1	1	
		1	1	1
			1	1
			2	1
Posto de Saúde Jasse				1
				1
				1
Posto de Saúde de Siluvo Pedreira				
Posto de saúde de Mbibir				1
				1
			1	
Posto de Saúde de Metuchira Ermoc				

Fonte: elaborado pelo autor com dados da Administração do distrito

**Tabela 2. Localização de fontanários por zonas ao nível do posto administrativo de Nhamatanda**

	<b>Fontes operacionais</b>	<b>Fontes não operacionais.</b>	<b>Total</b>
<b>Localidade sede</b>			
1º Bairro	0	1	1
2º Bairro	2	0	2
3º Bairro	6		6
4º Bairro	2	0	2
5º Bairro	1	0	1
6º Bairro	3	0	3
7º Bairro	2	0	2
9º Bairro	1	0	1
10º Bairro	4	0	4
Hospital Rural	0	1	1
Lar Professores	1	0	1
Lar masculino	1	0	1
Lar Femenino	1	0	1
ESG – Ramos	3	0	3
Ramos	3	0	3
<b>Localidade de Siluvo</b>			
Siluvo Aldeia	2	1	3
Aldeia Gorongosa - Siluvo	3	0	3
Aldeia Metuchira	3	1	4
Aldeia Jasse	2	1	3
Rua Domingo	2	0	2
Nharichonga 1	2	0	2
Nahruchonga 2	1	0	1
Bairro Nhamitende	1	0	1
<b>Local. Metuchira</b>			
Metuchira Pita	1	0	1
Djeia – Vinho	2	0	1
Vinho	1	0	1
Cufaculipo	1	0	1
Esc. De Mutondo	1	0	1
Esc. De Micheu	1	0	1
Esc. 12 de Outubro	1	0	1
Bebedo	1	0	1
Bebedo 1	1	0	1
Malenve	1	0	1
Mulando	1	0	1
Sagrassa	2	0	2
Chibuto	1	0	1
Nhaminimini	1	0	1
Nhartuzo	1	0	1

Bebedo 2	1	0	1
Escola Metuchira Empresa	1	0	1
<b>Localidade de Cheadea</b>			
Sovim	1	0	1
Canhangura	1	0	1
Gambulene	2	0	2
Macumba Mbimbir	1	0	1
Bloco 2	2	0	2
Chinave	1	0	1
Nhassumbe	1	0	1

**Fonte: elaborado pelo autor com dados da Administração do distrito**

**Guião de entrevista**

Nome do inquirido \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_ sexo \_\_\_\_ Funções que exerce/profissão \_\_\_\_\_

Local de trabalho \_\_\_\_\_

Morada ( Localidade, bairro, aldeia) \_\_\_\_\_

**Administrador do distrito**

- **Identificação da forma de povoamento dominante;**

Indicadores: **população de cada aldeia, nº das aldeias, distância entre as aldeias.**

1. Quantas pessoas vivem no posto administrativo? \_\_\_\_\_.
2. Quantas aldeias existem no posto administrativo? \_\_\_\_\_.
3. Qual é o numero de agregados familiares por aldeia? \_\_\_\_\_.
4. Qual é a superfície do posto administrativo? \_\_\_\_\_.
5. Qual é a distância entre as aldeias?

- **Os factores que influenciam a distribuição territorial da população**

6. Quais são as aldeias com maior concentração da população?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

7. Quais são as razões desta concentração?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

8. Tem-se registado o fluxo de pessoas que vem do interior do distrito para morar na sede? \_\_\_\_ porque? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

9. E o movimento no sentido contrário também se verifica? \_\_\_\_\_ porquê?

\_\_\_\_\_

10. Os serviços (hospitais, escolas e fontenários) tem influenciado a localização da população? \_\_\_\_\_.

Como? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

11. Qual é o numero de pessoas que frequentam a escola? \_\_\_\_\_.

12. Qual é o numero medeo de pessoas que usam os servios de saude? \_\_\_\_\_.

13. Qual é o numero de pessoas que tem acesso a fontenários públicos e não só? \_\_\_\_\_.

14. O que tem levado as pessoas a se concentrarem-se num determinado lugar em detrimento dos outros?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

15. Qual é o numero de pessoas que tem ido ao hospital? \_\_\_\_\_ Escola? \_\_\_\_\_

16. Os que não vão ao hospital quais são as razões? \_\_\_\_\_ Escola? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

17. Quantas pessoas usam água das fontenárias? \_\_\_\_\_ Poços \_\_\_\_\_ rios \_\_\_\_\_

18. Os que não usam, quais são as razões? \_\_\_\_\_

19. Tem havido casos de pessoas que se mudam da aldeia para outros lugares do distrito? \_\_\_\_\_ razões? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

20. O que tem feito as pessoas se mudarem? (chefe da aldeia) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

- O padrão de distribuição dos serviços básicos a nível do Posto administrativo.

21. Quando se vai colocar uma escola, fontenária ou Hospital, tem sido consultado?

\_\_\_\_\_

22. Quem define as prioridades é o administrador ou a instituição que vai colocar?

\_\_\_\_\_

23. Como tem definido as prioridades para coloca-las?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

“Se for pelo número de habitantes”

19. Qual é o número mínimo de habitantes? \_\_\_\_\_

Tabela de apoio

Posto adm/Loc.	Pop.	Área
Nhamatanda		
<b>Aldeias</b>		
REGULO CANDIEIRO		
REGULO MAUCHE		
MBIMBIRI-MECUZI		
CHIBUTO		
CHIEDEIA		
PUAZI		
MBIMBIRI		

**Guião de entrevista**

Nome do inquirido \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_ sexo \_\_\_\_\_ Funções que exerce/profissão \_\_\_\_\_

Local de trabalho \_\_\_\_\_

Morada ( Localidade, bairro, aldeia) \_\_\_\_\_

➤ **Chefe da aldeia**

- **Identificação da forma de povoamento dominante;**

Indicadores: população de cada aldeia, nº das aldeias, distância entre as aldeias.

1. Quantas pessoas vivem nesta aldeia? \_\_\_\_\_

2. Quantos agregados familiares vivem nesta aldeia? \_\_\_\_\_

- **Os factores que influenciam a distribuição territorial da população**

3. Qual é a origem deste povoado?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4. O que tem motivado as pessoas a virem morar aqui?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5. Qual é o número de pessoas que tem ido ao hospital? \_\_\_\_\_ Escola? \_\_\_\_\_

6. Os que não vão ao hospital quais são as razões? \_\_\_\_\_ Escola? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7. Quantas pessoas usam água das fontenárias? \_\_\_\_\_ Poços \_\_\_\_\_ rios \_\_\_\_\_

Trabalho de campo

---

8. Os que não usam, quais são as razões? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

9. Tem havido casos de pessoas que se mudam da aldeia para outros lugares do distrito? \_\_\_\_\_ razões \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

10. O que tem feito as pessoas se mudarem?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Trabalho de campo

---

**Guião de entrevista**

Nome do inquirido \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_ sexo \_\_\_\_\_ Funções que exerce/profissão \_\_\_\_\_

Local de trabalho \_\_\_\_\_

Morada ( Localidade, bairro, aldeia) \_\_\_\_\_

**População**

1. Quantos filhos tem?

2. Quantos deles vão á escola?

3. Os que não vão, quais são as razões?

4. Qual é a fonte de agua que utiliza?(poço \_\_, fontenário \_\_, rios...)

Porquê<sup>1</sup> \_\_\_\_\_

5. A quanto tempo mora nesta aldeia \_\_\_\_\_

6. Porquê veio morar aqui? \_\_\_\_\_

7. Pensa em se mudar um dia para outra aldeia ou para sede do distrito?

sim \_\_\_ não \_\_\_ porquê? \_\_\_\_\_

7. Tem levado as crianças á escola quando ficam doentes? sim \_\_\_; não \_\_\_ porquê, em caso de não? \_\_\_\_\_

8. Qual é a voça opinião sobre a localização das fontenárias? \_\_\_\_\_;

escolas \_\_\_\_\_; hospital \_\_\_\_\_

---

<sup>1</sup> No caso de não ser fontenário